

DEFENDE MESA-REDONDA EM MAPUTO

Eleva participação da mulher nos órgãos de decisão política

UMA mesa-redonda realizada sexta-feira em Maputo defendeu a necessidade de se empoderar cada vez mais a mulher para elevar a sua presença nos órgãos e lugares cimeiros de decisão política.

O encontro, organizado pelo Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD) em parceria com a Embaixada da Suécia em Moçambique, tinha em vista a busca de estratégias de posicionamento da mulher nas listas de candidatura, no contexto do novo modelo de eleições adoptado no país.

Os participantes assumiram que Moçambique está no bom caminho, no que diz respeito à participação da mulher na vida política. A Assembleia da República foi apontada como sendo um exemplo inequívoco desta participação, pelo facto de cerca de 40 por cento dos 250 deputados serem mulheres.

Relativamente a posições de chefia e direcção, foi referido que muitas assumem cargos em diversas instituições do Estado, a começar pela Presidente da



Parte dos participantes da mesa-redonda sobre participação política da mulher

Assembleia da República, Verónica Macamo Ndlovu, passando pelo Governo até aos postos administrativos. Contudo, ainda se mantém preocupação em relação a alguns órgãos políticos.

A título de exemplo, apenas cinco mulheres são dirigentes nas 53 autarquias existentes no país, ocupando cargo de Presidente de Conselho Municipal,

enquanto a nível das assembleias municipais somente estão representadas em 18 por cento do total dos membros.

Um estudo apresentado na mesa-redonda, da autoria do pesquisador Delton Muianga, da Universidade sul-africana de Witswatersrand, na Assembleia da República, indica que nas dez assembleias provinciais e nas 35

municipais, apenas 35,6 por cento dos membros são mulheres.

Numa intervenção feita na ocasião, Maria Paula Vera Cruz, do Fórum Mulher, apontou a baixa escolaridade da mulher como um dos factores para o actual cenário. Defendeu, por isso, o fortalecimento das mulheres, sobretudo na educação, para que possam estar em condições de se engajar na

frente de tomada de decisões. O director executivo do IMD, Hermenegildo Mulhovo, disse que a mudança do figurino das eleições no país impõe que a mulher seja colocada como cabeça de lista para assumpção da liderança, o que implica uma grande mudança e responsabilidade por parte dos partidos políticos.

Por seu turno, a embaixadora da Suécia em Moçambique, Marie Anderson, defendeu que a participação da mulher nos órgãos de tomada de decisão deve ser por via do mérito.

A diplomata afirmou que o encontro deve ser visto como uma reflexão e contribuição sobre a participação política da mulher no contexto do fortalecimento da democracia multipartidária em Moçambique.

Para os organizadores, é importante abordar a pertinência da promoção do equilíbrio do género, esperando-se que os partidos tenham sido sensibilizados sobre a necessidade de envolverem mais a mulher nos processos políticos, numa perspectiva de aumentar a sua presença nos órgãos de tomada de decisão.



O partido Frelimo lidera a participação da mulher na política

Frelimo com mais mulheres na política

O PARTIDO Frelimo lidera a participação da mulher na arena política, facto testemunhado pela sua presença na Assembleia da República, nas assembleias provinciais e municipais.

O estudo sobre participação política da mulher em Moçambique apresentado na mesa-redonda coloca a Renamo em segundo lugar, com 10,4 por cento, e o MDM, com 0,8 por cento.

O mesmo estudo refere que as mulheres são as mais pobres

da população e mais propensas ao trabalho doméstico, estando maioritariamente ligadas ao sector informal. No âmbito geral, e analisados vários factores, dentre os quais a infecção pelo HIV e Sida, casamentos prematuros, violência doméstica, entre outros, as mulheres são vistas como "dependentes" relativamente aos homens, segundo a pesquisa.

Como prováveis soluções para elevar o nível de participação política da mulher, o estudo

aponta a promoção e melhoria da educação do género, criação de benefícios sociais e adopção de políticas institucionais inclusivas.

As ligas femininas dos três partidos com assento parlamentar são citadas no estudo e defenderem que a nível dos seus partidos, esforços estão a ser desenvolvidos para um maior empoderamento da mulher, esperando-se que com as eleições que se avizinham será dada maior primazia às mulheres.

O que dizem as estatísticas

DADOS preliminares do Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que, de um universo de 28.861.863 habitantes registados no censo de 2017, cerca de 52 por cento (15.061.006) da população é constituída por mulheres e 48 por cento (13.800.857) por homens. A mesma tendência se verifica no que diz respeito ao universo de eleitores. Dados do

último recenseamento eleitoral indicam que até ao dia 13 de Maio (6 dias antes do encerramento do processo) haviam sido recenseadas 3.233.695 mulheres, contra 2.844.316 homens.

Porém, esta mesma tendência já não se verifica no que diz respeito à presença da mulher na política, quer em termos quantitativos, quer no que se refere à

qualidade de participação, segundo os promotores da mesa-redonda. Segundo defendem, é pertinente a aprovação e adopção de políticas que beneficiem as mulheres e protejam os seus direitos. O IMD reconhece que a representação das mulheres na vida política tem melhorado progressivamente, o que tem colocado Moçambique entre os

países melhor cotados ao nível de África e do mundo.

Refere que a percentagem de mulheres na Assembleia da República tem registado um crescimento significativo, tendo passado de 16 por cento, em 1991, para 31 por cento, em 2001, e uma subida para 39,6 por cento, em 2009. O relatório de observação eleitoral da missão

da União Europeia às eleições gerais de 2014 indica que, durante o período de 2009 a 2014, a representação da mulher no Parlamento situou-se em 43 por cento, considerando-a uma das mais elevadas taxas do mundo. No entanto, após as eleições gerais em Outubro de 2014, foi registada uma redução para 38 por cento.